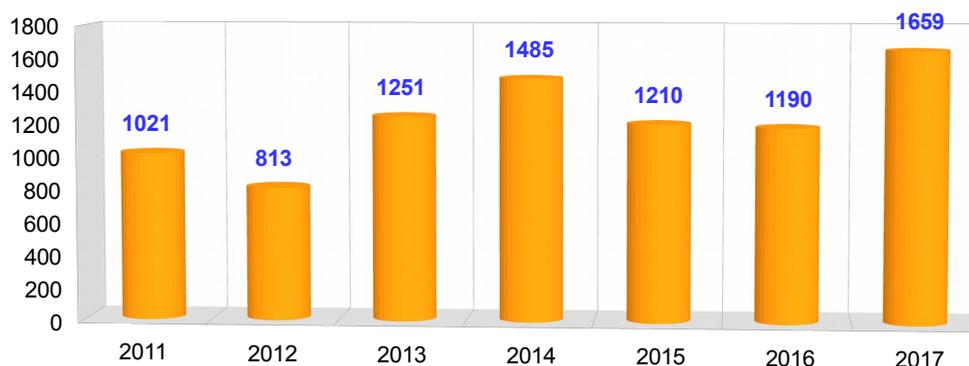


RESULTADO DAS DENÚNCIAS E VALORES TOTAIS SONEGADOS/DENUNCIADOS NOS RESPECTIVOS ANOS

DENÚNCIAS OFERECIDAS – DE 2011 A 2017

ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAIS	1021	813	1251	1485	1210	1190	1659

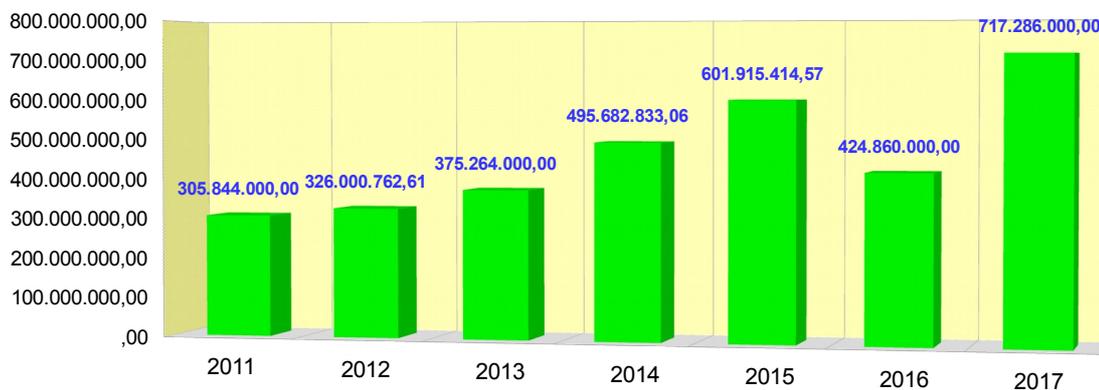
DENÚNCIAS OFERECIDAS DE 2011 A 2017



VALORES SONEGADOS/DENUNCIADOS (EM REAIS) – até 2017

ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAIS	305.844.000,00	326.000.762,61	375.264.000,00	495.682.833,06	601.915.414,57	424.860.000,00	717.286.000,00

VALORES TOTAIS DENUNCIADOS/SONEGADOS DE 2011 A 2017



VALORES RECOLHIDOS AOS COFRES PÚBLICOS EM DECORRÊNCIA DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA ÁREA TRIBUTÁRIA (EM REAIS)

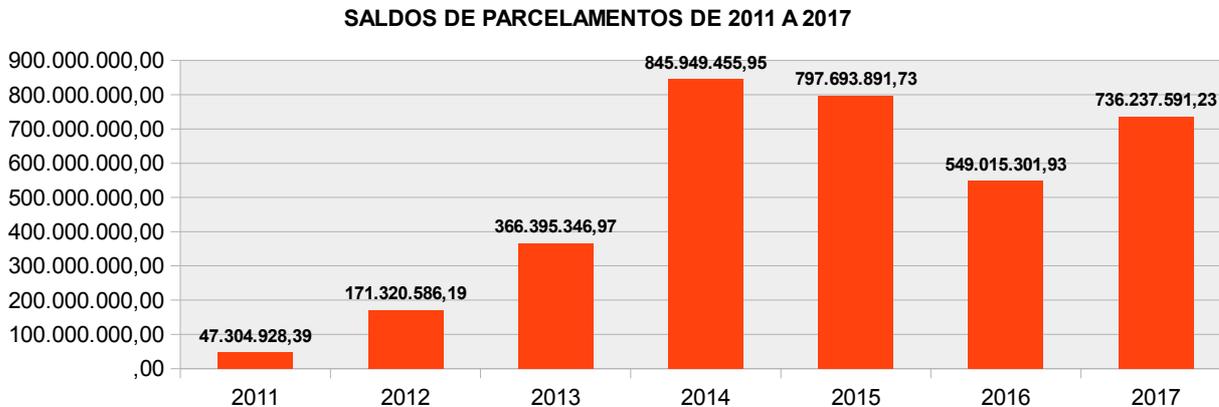
ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAIS	46.607.636,87	104.805.074,01	52.758.731,11	72.874.093,50	87.378.119,82	103.265.232,02	153.750.143,92

(Valores recolhidos de parcelamentos originados em anos anteriores, bem como daqueles realizados até o mês de dezembro de 2017).



DEMONSTRATIVO DO SALDO DE PARCELAMENTOS REALIZADOS EM ANOS ANTERIORES, BEM COMO DAQUELES EFETUADOS EM 2017.

ANOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
TOTAIS	47.304.928,39	171.320.586,19	366.395.346,97	845.949.455,95	797.693.891,73	549.015.301,93	736.237.591,23



OBS.: Como resultado da repressão à sonegação fiscal no âmbito Estadual foram propostas, pelos Órgãos de Execução com atribuições na ordem tributária, 1.659 ações penais, de acordo com os Relatórios da Corregedoria-Geral e especificamente das Promotorias Regionais da Ordem Tributária de Lages, Chapecó, Joinville, Criciúma, Blumenau, Itajaí e de Florianópolis, envolvendo montante sonegado/denunciado de mais de R\$ 717 milhões.

No decorrer de 2017, a continuidade da atuação do Ministério Público no combate aos crimes contra a ordem tributária resultou em um incremento de arrecadação de R\$ 153.750.143,92, diretamente recolhidos aos cofres públicos, finalizando-se, no último dia do ano, com um saldo de parcelamentos tributários originários de procedimentos investigativos e ações penais, a serem recolhidos pelos investigados por delitos tributários, de R\$ 736.237.591,23.

Elaboração: Iania Zaffonato – Assessoramento Técnico – COT – MPSC.

Giovanni Andrei Franzoni Gil

Promotor de Justiça e Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Ordem Tributária